

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 5131/2023-PGJ, DE 21.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominada o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos dos artigos 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011; e 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012:

SERVIDORA	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Patrícia Lima Rodrigues	3º	11.8.2023

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5145/2023-PGJ, DE 22.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 4972/2023-PGJ, de 20.9.2023, que designou o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, de forma que, onde consta: “nos dias 31.8, 1º, 25 e 29.9.2023”, passe a constar: “nos dias 31.8 e 1º.9.2023 e no período de 25 a 29.9.2023”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5146/2023-PGJ, DE 22.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ludymila Aparecida Rizzo Cardoso, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Elaboração de Documentos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Contratos no período de 18 a 20.9.2023, em razão de afastamento da titular, Djene de Souza.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5147/2023-PGJ, DE 22.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristiane da Silva Sena, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Elaboração de Documentos no período de 4 a 6.9.2023, em razão de afastamento da titular, Ludymila Aparecida Rizzo Cardoso.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5148/2023-PGJ, DE 22.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Manoela Souza Schmitz Moreira, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo no período de 4 a 29.9.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1088/2023-PGJ, DE 22.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Claodemir Pedro Todescato Junior, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 19.9.2023, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1089/2023-PGJ, DE 22.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Jorge Luiz Dias, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 22.11 a 1º.12.2023 e de 29.1 a 7.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1090/2023/PGJ, DE 22.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Marcelino José Siebert, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.4.2024 e de 12 a 21.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1091/2023/PGJ, DE 22.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Bruna Natielly Dutra Santana, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.1.2024 e de 25.7 a 3.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1092/2023/PGJ, DE 22.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Simone Santana Aragão Martins, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.12.2023 e de 8 a 17.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 28.10 a 6.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1093/2023/PGJ, DE 22.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Walmir Lugão Marques Porto, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 21.11 a 10.12.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1094/2023/PGJ, DE 22.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.7.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1095/2023/PGJ, DE 22.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Silvia Mara Manvailer Gomes, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 22.11 a 11.12.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1096/2023/PGJ, DE 22.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Valricia Miranda de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 24.7 a 2.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO Nº 04/PGJ/2023 - ELETRÔNICO****PROCESSO Nº 09.2023.00005090-0****UASG - 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (e alterações).

Modalidade: Pregão nº 04/PGJ/2023 - Eletrônico (Processo nº 09.2023.00005090-0)

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de vigilância para realização do monitoramento dos sistemas de alarmes e cercas elétricas (incluindo manutenção preventiva), através de dupla via de comunicação (rede de dados móveis e link de internet), incluso plano mensal de transmissão de dados, para atender os prédios do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na capital e no interior do Estado.

- Abertura das propostas: dia 10 de outubro de 2023, às 14 horas (horário de Brasília/DF).

- Local: www.gov.br/compras/

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 25 de setembro de 2023, por meio dos sites eletrônicos www.gov.br/compras/ ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 13h00min às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação da Pregoeira, da Equipe de Apoio, da Gestão Contratual e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 20/09/2023:

- Pregoeira: Josiane Sanches de Mamann Zillo;
- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente da Pregoeira: Luiz Fernando Koyanagi;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Emerval Carmona Gomes;
- Gestão Contratual: Nádia de Moura Mattos (titular) e Angela Rezende do Amarante (suplente);
- Fiscalização Contratual: Kelly Cristina Mengual Vieira (titular) e Bruno Dantas Sanches (suplente).

Campo Grande, 22 de setembro de 2023.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 63/2023.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00009809-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande - MS

Objeto: Acompanhar a atuação do Município de Campo Grande, com base no seu poder de polícia administrativa, na resolução da problemática referente à invasão em área não edificável de domínio público, localizada na Rua Noventa e Nove, Bairro Nova Campo Grande, nesta capital.

Campo Grande, 22 de Setembro de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**CAARAPÓ****EDITAL 0010/2023/02PJ/CRP**

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado em 28 de agosto de 2023, tendo como compromitente o Ministério Público Estadual, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, e como compromissários Andreia Maria Caneppele Zamuner, brasileira, portadora do RG nº 001521014 SSP/MS e do CPF nº 040.033.131-43, residente e domiciliada na Rua Barão do Rio Branco, 870, Centro, na cidade de Caarapó – MS e Olavo Trindade Caneppele, brasileiro, portador do RG nº 1699280 SSP/PR e do CPF nº 332.811.060-72, residente e domiciliado na Rua John Kenedy, s/n, Vila Jary, na cidade de Caarapó – MS, firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2022.00000753-1, instaurado com objetivo de apurar a supressão de 11,49 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Paraíso, em Juti/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 74/22/NUGEO. Os autos do referido procedimento, assim como a íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta, podem ser integralmente acessados via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Caarapó-MS, 21 de setembro de 2023.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL 0011/2023/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010042-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Andreia Maria Caneppele Zamuner e Olavo Trindade Caneppele.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2022.0000753-1.

Caarapó-MS, 21 de setembro de 2023.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

AUTOS DE INQUÉRITO CIVIL Nº. 06.2023.00000935-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Requerida: Câmara Municipal de Juti.

Objeto: Apurar eventuais irregularidades/ilegalidades na realização de diárias e no pagamento aos Vereadores do Município de Juti.

RECOMENDAÇÃO N.º 0002/2023/01PJ/CRP

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Caarapó/MS, representada pela Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, ambos da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, ambos da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República, e artigos 5º e 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil nº 06.2023.00000935-5, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos do art. 127, “caput”, e art. 129, inc. III, da Constituição Federal, art. 25, inc. IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/93 e art. 26, inc. IV, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual n.º 72/94;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, emitir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º da Resolução nº 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, “a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, caput, da Carta Maior da República, e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente



pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que tal obrigação decorre de forma cristalina dos princípios extraídos da Constituição Federal e que, uma vez constatada ofensa, deve a situação ser corrigida espontaneamente pelo agente político;

CONSIDERANDO que o Presidente da Câmara Municipal de Juti informou, através do Ofício nº 183/2023-GAB/PRES/CMJ, de que "foi dado cumprimento integral recomendação nº 0001/2023/01PJ/CRP, com a edição de nova Lei que dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias para indenização de despesas com hospedagem, alimentação e transporte em viagem dos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Juti/MS, revogando integralmente a Lei Municipal nº 600, de 20 de fevereiro de 2020, bem como fixando o valor da diárias a todos os vereadores conforme sugestão constante na alínea "b" da recomendação";

CONSIDERANDO que, ao contrário do que informado através do Ofício nº 183/2023-GAB/PRES/CMJ, NÃO HOUVE CUMPRIMENTO DA RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL Nº 0001/2023/01PJ/CRP, pois a revogação integral da Lei Municipal nº 600/2020 mais consistiu em VERDADEIRA MANOBRA DE SE AUMENTAR OS VALORES DAS DIÁRIAS, pior, sem a exigência de comprovação do deslocamento, havendo nítido retrocesso;

CONSIDERANDO que a nova legislação municipal além de descumprir a recomendação do presente Inquérito Civil, também descumpriu a Recomendação nº 0006/2019/01PJ/CRP, expedida no Inquérito Civil nº 06.2019.00001324-7;

CONSIDERANDO que o artigo 11, da Lei Orgânica Municipal nº 674/2023 (nova lei municipal), prevê que "*o valor da diária para compensar os vereadores e os servidores das despesas com hospedagem e alimentação, corresponderá aos valores definidos no Anexo I desta Lei*", isto é, em R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais), conforme Anexo I, todavia, sem englobar as despesas de transporte;

CONSIDERANDO, portanto, que referido valor de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) compensará apenas hospedagem e alimentação, sem incluir o transporte;

CONSIDERANDO que, quanto ao transporte, o artigo 16 da Lei Ordinária Municipal nº 674/2023, estabelece que a despesa será indenizada com base no "*resultado da multiplicação do valor padronizado e ressarcimento de transporte pela distância rodoviária da ida, em quilômetros, existentes entre os locais percorridos e a cidade de Juti/MS*" e que "*o valor padronizado do ressarcimento do transporte fica fixado em R\$ 1,29 (um real e vinte e nove centavos)*".

CONSIDERANDO, assim, que de acordo com a nova lei, em viagens a Campo Grande/MS, por exemplo, os vereadores do Município de Juti serão "ressarcidos" em aproximadamente R\$ 1.241,19 (um mil, duzentos e quarenta e um reais e dezenove centavos), e de acordo com a revogada Lei Municipal nº 600/2020, em idêntica viagem, seriam ressarcidos em aproximadamente R\$ 1.232,40 (mil duzentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), independentemente da distância.

CONSIDERANDO, portanto, de que houve AUMENTO DO VALOR, e não efetiva redução, conforme recomendado.

CONSIDERANDO que de acordo com a nova lei não houve previsão legal estabelecendo quando é devido o pagamento de diária integral e de meia diária, nem houve previsão expressa de como será efetuado o pagamento da diária somente com a alimentação e transporte, sem o pagamento da hospedagem, o que, na prática, haverá o pagamento integral da diária, mesmo sem que haja pernoite;

CONSIDERANDO que não houve qualquer especificação dos "documentos comprobatórios" da viagem ensejadora da diária, o que possibilitará o pagamento de diária sem a devida comprovação do deslocamento, e, por consequência, o controle do pagamento das diárias dos vereadores de Juti;

CONSIDERANDO que o §3º, do artigo 15, da nova lei, estabelece que "*quando o vereador ou servidor viajar para participar de congressos, cursos ou eventos similares, deverá apresentar uma cópia do certificado de conclusão e/ou participação, quando disponível*" (grifo nosso), ou seja, possibilitou o pagamento de diárias mesmo sem a comprovação da participação em congressos, cursos ou eventos similares, posto que o certificado é emitido para os que



frequentam tais eventos no mínimo da carga horária exigida no ato da inscrição;

CONSIDERANDO que na RECOMENDAÇÃO Nº 0006/2019/01PJ/CRP foi clara no sentido de que *"na referida legislação haja limitação do número máximo de diárias concedidas no mês aos vereadores e servidores públicos"*;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 600/2020 previa expressamente que não poderiam ser pagas mais do que cinco diárias por mês, já a Lei Ordinária Municipal nº 674/2023 NÃO ESTABELECEU QUALQUER LIMITE.

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, RECOMENDAR à Câmara Municipal de Vereadores de Juti/MS, na pessoa de seu Presidente, Sr. Nelson Gonçalves Rodrigues e a todos os seus Vereadores, que:

1) no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contado a partir do recebimento da presente recomendação, apresentem novo projeto normativo respectivo a fim de:

a) incluir no "Capítulo I" ou no "Capítulo II" da Lei Ordinária Municipal nº 674/2023 artigo prevendo que será devida uma diária integral quando o vereador/presidente ou servidor necessitar pernoitar no local de destino e meia diária quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede do Município de Juti;

b) alterar a redação do artigo 11 da Lei Ordinária Municipal nº 674/2023, dispondo expressamente que "O valor da diária para compensar os vereadores/presidente e os servidores das despesas com hospedagem, alimentação e transporte/deslocamento, corresponderá aos valores definidos no Anexo I desta Lei", para que assim haja a efetiva redução do valor da diária;

c) incluir no "Capítulo IV" da Lei Ordinária Municipal nº 674/2023 artigo prevendo expressamente que não poderão ser ressarcidas ao vereador/presidente ou ao servidor mais do que cinco diárias por mês, consoante previa a Lei Municipal nº 600/2020;

d) alterar a redação do artigo 15, *caput*, da Lei Ordinária Municipal nº 674/2023, para constar "Em todos os casos de deslocamento para viagens conforme previsto nesta Lei, o beneficiário das diárias deverá preencher o relatório de viagem conforme Anexo III desta Lei e disponibilizá-lo ao Controle Interno, juntamente com os documentos comprobatórios (declarações, certidões, atestados, certificados, diplomas, listas de presença, documento fiscal referente ao abastecimento, documento fiscal referente à alimentação, documento fiscal referente à hospedagem no caso de pernoite, etc.), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após seu retorno à sede";

e) excluir a expressão "quando disponível" constante na parte final do §3º, do artigo 15, da Lei Ordinária Municipal nº 674/2023, posto que deverá ser apresentado certificado de conclusão e/ou participação em congressos, cursos ou eventos similares;

f) excluir/revogar o *caput* e os parágrafos primeiro (§1º), segundo (§2º) e terceiro (§3º) do artigo 16 da Lei Ordinária Municipal nº 674/2023, devendo remanescer/subsistir apenas o parágrafo quarto (§4º).

RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Juti, Sr. Gilson Marcos da Cruz, que não aprove e sancione lei municipal que estabeleça o valor da diária como acréscimo patrimonial ao invés de ser de natureza meramente indenizatória, posto que o pagamento de diária não pode ser utilizado de forma a compor, de maneira disfarçada, a remuneração, razão pela qual a norma municipal que disciplina o pagamento de diária tem que estar em sintonia com as recomendações ministeriais, que seguem em anexo.

2) Confirmam ampla divulgação da presente Recomendação, de maneira adequada e imediata, fazendo-se publicá-la no site oficial do Município de Juti e da Câmara de Vereadores de Juti/MS.

Ademais, nos termos do art. 45 da Resolução n. 015/2007-PGJ¹, concede-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para que os destinatários da Recomendação apresentem resposta escrita sobre o acatamento ou não da presente Recomendação.

Não obstante, para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente Recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP-MS).

Advirtam-se os destinatários de que o não acatamento da presente Recomendação poderá culminar na adoção das medidas judiciais cabíveis.

¹ Art. 45. Expedida a recomendação, aguardar-se-á prazo razoável para resposta da autoridade sobre a sua adoção ou não. Parágrafo único. Será requisitada ao destinatário da recomendação sua divulgação adequada e imediata, bem como resposta por escrito.



Por fim, cabe frisar que a presente Recomendação não isentará o ressarcimento ao erário público municipal (pagamentos/recebimentos irregulares/ilegais), providência que será adotada por meio do Termo de Ajustamento de Conduta.

Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste procedimento e retorne concluso.

Deixa-se de enviar o arquivo digital desta portaria ao respectivo Centro de Apoio e à Corregedoria-Geral de Justiça, pois, de acordo com o artigo 57, *caput* e inciso VI, da Resolução nº 0014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, a comunicação é automática, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Cumpra-se.

Caarapó, 21 de setembro de 2023.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

IVINHEMA

EDITAL Nº 0002/2023/01PJ/IVH

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS

Procedimento Administrativo Nº 09.2023.00006005-2.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Ivinhema/MS.

Assunto: Acompanhar o cumprimento da Recomendação n. 0001/2023/01PJ/IVH

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Ivinhema/MS e o Município de Ivinhema/MS, em 18/09/2023, tendo por objeto as obrigações que o compromissário assume consistente em realizar a nomeação, convocação e posse dos candidatos aprovados em concurso público, dentro do número de vagas, nos prazos estabelecidos no termo, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta>, bem como na Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, localizada na Praça dos Poderes, nº 900, Centro, Cep: 79.740-000, Telefone (67) 2020-9351 e 2020-9352.

Ivinhema/MS 20 de setembro de 2023

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO
Promotor de Justiça

EDITAL N.: 0018/2023/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2023.00001092-9 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590 ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001092-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: EBES Sistemas de Energia S.A, Devanir Kuhnen

Objeto: Apurar possível ocorrência de dano ambiental, em razão da retirada de curvas de nível para a instalação de usina fotovoltaica, acarretando processo erosivo na referida propriedade rural, imóvel este identificado como Lote 224, Linha Bom Jesus, Zona Rural, na cidade de Novo Horizonte do Sul, nesta Comarca de Ivinhema/MS.

Ivinhema/MS, 22 de setembro de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça



JARDIM

EDITAL N° 0020/2023/01PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n° 09.2023.00009937-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Fernando Carlos Barboza.

Assunto: acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil n. 06.2022.00001187-9.

Jardim, 18 de setembro de 2023

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça